Plano de Trabalho
Resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015
Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Identificador da Ação	Identificação do dispositivo Res. CNJ nº 211/2015	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		% Conclusão: 87,0%	
				Início	Término		
Grupo 1		Adequação da Governança e da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC					
1.1	Cap. III, Seção I - Art 7º	Constituir Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	SEI 0035794-50.2016.8.16.6000	01/04/2016	01/12/2016	100%	
1.2	Cap. III, Seção I - Art 8º	Constituir Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	SEI 0033045-60.2016.8.16.6000	01/04/2016	01/12/2016	100%	
1.3	Cap. III, Seção I - Art 6º	Elaborar e manter o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	SEI 0014991-46.2016.8.16.6000	01/04/2016	01/12/2016	100%	
1.4	Cap. III, Seção I - Art 9º	Elaborar e aplicar política, gestão e processo de segurança da informação	Em trâmite o Processo SEI (0063818-25.2015.8.16.6000) com as políticas de segurança da informação. Nomeação do Comitê SEI 0035019-35.2016.8.16.6000	28/10/2015	01/12/2016	100%	
1.5	Cap. III, Seção I - Art 10º - § 2º	Estabelecer Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TIC	Ação Estratégica definida no PDTIC.	01/03/2016	01/12/2020	50%	
1.6	Cap. III, Seção I - Art 10º - § 3º	Definir processos para gestão dos ativos de infraestrutura tecnológica, notadamente no que tange à gerência e ao monitoramento, bem como ao registro e ao acompanhamento da localização de cada ativo	Ação Estratégica definida no PDTIC.	01/03/2016	01/12/2020	90%	
1.7	Cap. III, Seção I - Art 10º - § 4º	Definir Política de Manutenção de Documentos eletrônicos adequada às diretrizes estabelecidas pelo CNJ	Moreq-JUS	01/03/2016	01/12/2020	70%	
1.8	Cap. III, Seção I - Art 11º	Adequar processos de aquisições de bens e contratação de serviços de TIC com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ	Revisados os processos internos e adequados a Res. CNJ 182/2013, Lei 8.666/1983 e Lei Estadual 15.608/2007	01/03/2016	01/12/2016	100%	
1.9	Cap. III, Seção II - Art 12º	Constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis com a relevância e demanda de TIC, considerando, no mínimo, os macroprocessos descritos na ENTIC-JUD	Em andamento a Reestruturação do DTIC através do protocolo SEI 0094388-52.2019.8.16.6000 e complementares (0074569-71.2015.8.16.6000 e 0041032-84.2015.8.16.6000)	18/12/2015	01/12/2020	60%	
1.10	Cap. III, Seção III - Art 15º	Elaborar e implantar Plano Anual de Capacitação	Ref. 2019 - 0087859-51.2018.8.16.6000 Ref. 2020 - SEI 0111489-05.2019.8.16.6000	01/02/2016	01/12/2020	100%	
1.11	Cap. III, Seção III - Art 16º	Normatizar atividades extraordinárias na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Assunto Sobreaviso em andamento no protocolo 0060331-76.2017.8.16.6000. Aguardando posicionamento da Alta Administração.	01/02/2016	01/12/2020	80%	
1.12	Cap. III, Seção III - Art 17º	Instituir plantão na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	Plantão e Monitoria Implantados com serviços terceirizados. SEI 0011559-14.2019.8.16.6000 Monitor -12x36 -Diurno e Monitor -12x36 -Noturno	01/02/2016	01/12/2016	100%	

Identificador da Ação	Identificação do dispositivo Res. CNJ nº 211/2015	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		% Conclusão: 87,0%
				Início	Término	
Grupo 2		Adequação dos padrões de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação				
2.1	Cap. IV, Seção I - Art 18º	Adequar a execução ou contratação serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação aos requisitos da ENTIC-JUD	Ação Estratégica definida no PDTIC.	01/02/2016	01/12/2020	60%
2.2	Cap. IV, Seção I - Art 19º - P. Único	Classificar sistemas de informação identificando os que são estratégicos	Concluído SEI 0040087-63.2016.8.16.6000	01/02/2016	01/12/2016	100%
2.3	Cap. IV, Seção I - Art 20º - § 1º e § 2º	Garantir que os novos sistemas de informação de procedimentos judiciais e administrativos atendam os requisitos da ENTIC-JUD	Ação Estratégica definida no PDTIC.	04/04/2016	01/12/2020	50%
2.4	Cap. IV, Seção I - Art 21º	Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços	Concluído. SEI 0053351-16.2017.8.16.6000	04/04/2016	01/12/2016	100%
2.5	Cap. IV, Seção II - Art 22º	Garantir a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais	Os sistemas judiciais do TJPR estão aderentes ao MNI. SEI 0100693-57.2016.8.16.6000 - doc. 1575525.	04/04/2016	01/12/2016	100%
2.6	Cap. IV, Seção II - Art 23º	Disponibilizar na internet as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados, ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas Resoluções do CNJ	Os sistemas judiciais do TJPR estão aderentes a este item.	04/04/2016	01/12/2016	100%

Identificadora da Ação	Identificação do dispositivo Res. CNJ nº 211/2015	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		% Conclusão: 87,0%
				Início	Término	
Grupo 3		Adequação da infraestrutura tecnológica				
3.1	Cap. IV, Seção III - Art 24º	Obedecer aos requisitos mínimos do nivelamento da infraestrutura de TIC				
3.1.1	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item I	Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno, com segundo monitor ou aparelho que permita divisão de tela para aqueles que estejam utilizando o processo eletrônico	Considerando a aquisição prevista no SEI 0004670-49.2016.8.16.6000 (1.700 Monitores) e também a doação prevista do CNJ (1.732 monitores). Atingiremos 90% dos Desktops com dois monitores no final de 2016.	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.2	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item II	Garantir um desktop ou computador portátil para cada usuário interno nas salas de sessão e de audiência e uma tela para usuários externos, com acesso a rede	Não temos pedidos pendentes de fornecimento (adição) de microcomputadores e monitores de vídeo para salas de audiências, o que nos faz concluir que esses locais estão contemplados com os equipamentos necessários. * Como temos uma regra hoje contendo um número padrão de monitores avulsos por vara, incluindo salas de audiências, pode ocorrer de usuários migrarem monitores dessas salas para cartórios/assessorias/gabinetes.	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.3	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item III	Garantir um equipamento de impressão e digitalização para cada ambiente de trabalho, preferencialmente, com tecnologia de impressão frente e verso e em rede, com qualidade adequada à execução dos serviços	Item já atendido no PJPR	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.4	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item IV	Garantir uma solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e sala de audiência, compatível com o MNI	Atendido com o sistema Horus e DRS	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.5	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item V	Garantir links de comunicação entre as unidades e o Tribunal para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o processo judicial, com o máximo de comprometimento de banda de 80%	Item já atendido no TJPR	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.6	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item VI	Garantir dois links de comunicação com a internet de operadoras distintas para acesso à rede de dados, com o máximo de comprometimento de banda de 80%	Item já atendido no TJPR	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.7	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item VII	Garantir ambiente de processamento central (Data Center) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos do órgão	Item já atendido no TJPR. O TJPR já dispõe de um ambiente Sala Cofre, atendendo requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, bem como a Sala cofre em questão é Certificada pela ABNT NBR 15.247. E a construção/instalação de Sala Segura para redundância (Ativo/Ativo).	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.8	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item VIII	Garantir solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos backups mais recentes, em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre	Através de aquisição de solução de Backup, efetuada em Março de 2015, com aquisição de Software de Backup, 2 Fitotecas e 2 equipamentos de armazenamento de backup em disco, o TJPR vem garantindo o armazenamento de seus backups, bem como dispõe de 2 cofres em outro local físico, garantindo assim a continuidade do negócio em caso de desastre.	04/04/2016	01/12/2016	100%

Identificador da Ação	Identificação do dispositivo Res. CNJ nº 211/2015	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		% Conclusão: 87,0%
				Início	Término	
3.1.9	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item IX	Garantir solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento	Atendido no TJPR.	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.10	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item X	Garantir parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços do órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos	Item já atendido no PJPR. Para garantir as necessidades de processamento dos sistemas e serviços com comprometimento médio de até 80 % e conforme previsto em orçamento, será solicitado ainda no primeiro semestre deste ano a aquisição de novos servidores para garantir os níveis solicitados.	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.11	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item XI	Implantar solução de videoconferência corporativa para a sede de cada tribunal.	Adquirido solução parcial AVAYA SEI 0012976-07.2016.8.16.6000 - Contrato 187/2017 e nova Licitação prevista no PCSTIC 2020 vs 1.3.	04/01/2016	01/12/2020	90%
3.1.12	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item XII	Implantar central de serviços de 1º e de 2º níveis para atendimento de requisições efetuadas pelos usuários internos e tratamento de incidentes no que se refere ao uso de serviços e sistemas essenciais	Item já atendido no TJPR.	04/04/2016	01/12/2016	100%
3.1.13	Cap. IV, Seção III - Art 24º - Item XII	Garantir rede sem fio para a promoção dos serviços ofertados aos usuários e respeitando a política de segurança da informação de cada órgão, sempre que possível	Solução Atendida SEI 0015656-62.2016.8.16.6000 - Contrato 261/2018	07/01/2018	01/12/2019	100%

Identificador da Ação	Identificação do dispositivo Res. CNJ nº 211/2015	Descrição das Ações	Procedimento (Como será atendido)	Cronograma		% Conclusão: 87,0%
				Início	Término	
Grupo 4		Adequação do Quadro permanente de servidores e da elaboração de política de gestão de pessoas				
4.1	Cap. III, Seção III - Art 14º	Definir e instituir Política de Gestão de Pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação	SEI 0009496-50.2018.8.16.6000 (Despacho Presidente 4781864) e SEI DGRH 0020673-40.2020.8.16.6000 ambos em andamento.	04/01/2016	01/12/2020	10%
4.2	Cap. III, Seção III - Art 14º	Aplicar diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação	SEI 0009496-50.2018.8.16.6000 (Despacho Presidente 4781864) e SEI DGRH 0020673-40.2020.8.16.6000 ambos em andamento.	04/01/2016	01/12/2020	10%